

---

**A disciplina de sociologia frente ao novo ensino médio: neoliberalismo, precarização curricular e docente**

**The sociology discipline in the face of the new secondary education reform: neoliberalism, curricular and teaching precarization**

**La disciplina de sociología frente a la nueva educación secundaria: neoliberalismo, precarización curricular y docente**

**Ensino & Humanidades**

---

**COSTA, Lílían Vitória Ribeiro da**

Universidade Federal do Maranhão

[lilian.vitoria.50951@gmail.com](mailto:lilian.vitoria.50951@gmail.com) // <https://orcid.org/0009-0001-4881-3540>

---

**Resumo:**

O presente trabalho tem como objetivo analisar os efeitos do Novo Ensino Médio na disciplina de Sociologia e suas implicações na precarização curricular e docente. Partimos da seguinte problemática: Como o Novo Ensino Médio, orientado por políticas neoliberais, contribui para a precarização curricular da disciplina de Sociologia e do trabalho docente? Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, documental e narrativo, fundamentada na análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da lei 13.415/2017, que instaura o Novo Ensino Médio, e outras legislações, além de entrevistas semiestruturadas com licenciados em Ciências Sociais, tendo como instrumento de análise dos dados a análise de conteúdo. A análise evidenciou que a reforma do ensino médio promove a diluição da Sociologia na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, reduzindo sua carga horária e reforçando a precarização do trabalho docente. Além disso, promove-se uma formação com foco no mercado de trabalho, desconsiderando o desenvolvimento crítico dos alunos. Conclui-se que, em contexto de Novo Ensino Médio, há mais um ciclo de desvalorização da disciplina de sociologia, assim como de seus profissionais, além do empobrecimento curricular. Dessa forma, é necessário que se continue discutindo acerca dessa e outras reformas, assim como acerca de suas intencionalidades. Essa pesquisa está ancorada teórica e metodologicamente nos seguintes autores: Bardin (2011), Boni e Quaresma (2005), Hernandez (2019), Raizer et al (2017), Saviani (2016), Sousa e Santos (2020), entre outros.

**Palavras-chave:** novo ensino médio; sociologia; precarização curricular e docente.

**Abstract:**

This study aims to analyze the effects of the New Secondary Education Reform on the Sociology discipline and its implications for curricular and teaching precarization. It is based on the following research problem: how does the New Secondary Education Reform, guided by neoliberal policies, contribute to the curricular precarization of Sociology and to the deterioration of teaching work? Methodologically, this is a qualitative study of a bibliographic, documentary, and narrative nature, grounded in the analysis of the National Common Curricular Base (BNCC), Law No. 13,415/2017,

which established the New Secondary Education Reform, and other related legislation, as well as semi-structured interviews conducted with graduates in Social Sciences. Content analysis was used as the method for data treatment. The findings revealed that the reform promotes the dilution of Sociology within the area of Human and Applied Social Sciences, reducing its workload and reinforcing the precarization of teaching work. Furthermore, it encourages a market-oriented education, disregarding students' critical development. It is concluded that the New Secondary Education Reform represents another cycle of devaluation of Sociology as a discipline and of its professionals, deepening curricular impoverishment and demanding continued critical debate regarding educational reforms and their underlying intentions. This research is theoretically and methodologically grounded in the following authors: Bardin (2011), Boni and Quaresma (2005), Hernandez (2019), Raizer et al. (2017), Saviani (2016), Sousa and Santos (2020), among others.

**Keywords:** new secondary education reform; sociology; curricular and teaching precarization.

### Resumen:

El presente trabajo tiene como objetivo analizar los efectos de la Nueva Educación Secundaria en la disciplina de Sociología y sus implicaciones en la precarización curricular y docente. Parte de la siguiente problemática: ¿cómo la Nueva Educación Secundaria, orientada por políticas neoliberales, contribuye a la precarización curricular de la disciplina de Sociología y del trabajo docente? Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa, de carácter bibliográfico, documental y narrativo, fundamentada en el análisis de la Base Nacional Común Curricular (BNCC), de la Ley n° 13.415/2017, que instituye la Nueva Educación Secundaria, y de otras legislaciones, además de entrevistas semiestructuradas realizadas con licenciados en Ciencias Sociales, utilizando el análisis de contenido como método de tratamiento de los datos. El análisis evidenció que la reforma promueve la dilución de la Sociología en el área de Ciencias Humanas y Sociales Aplicadas, reduciendo su carga horaria y reforzando la precarización del trabajo docente. Asimismo, fomenta una formación orientada al mercado laboral, desconsiderando el desarrollo crítico de los estudiantes. Se concluye que la Nueva Educación Secundaria representa un nuevo ciclo de desvalorización de la disciplina de Sociología y de sus profesionales, profundizando el empobrecimiento curricular y demandando la ampliación del debate crítico sobre las reformas educativas y sus intencionalidades. Esta investigación está anclada teórica y metodológicamente en los siguientes autores: Bardin (2011), Boni y Quaresma (2005), Hernandez (2019), Raizer et al. (2017), Saviani (2016), Sousa y Santos (2020), entre otros.

**Palabras claves:** nueva educación secundaria; sociología; precarización curricular y docente.

## INTRODUÇÃO

Quando se fala sobre a Sociologia no Ensino Médio, é imprescindível falarmos sobre a influência da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pois é partindo dela que se tem as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas pelos alunos nesse processo de ensino-aprendizagem na educação básica. Dessa forma, de acordo com o novo modelo de ensino médio,



a Sociologia e as demais disciplinas serão estruturadas a partir desse documento, sendo organizada por áreas e não por disciplinas isoladas. Assim, a Sociologia faz parte da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Essas mudanças acontecem a partir da reforma do ensino médio, realizadas a partir da instauração da lei 13.415/2017, trazendo o chamado Novo Ensino Médio (NEM). Com o Novo Ensino Médio, fundamentado pela lei 13.415/2017, observa-se um contexto educacional onde algumas disciplinas são consideradas como obrigatórias e outras deixadas em segundo plano, podendo ter carga horária reduzida, como é o caso das disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A Sociologia é um importante instrumento para o desenvolvimento da consciência crítica dos indivíduos, sendo imprescindível para a promoção de uma educação humanizadora, que tem foco na autonomia e criticidade do educando, portanto, existe intencionalidade ao precarizar a sua presença nos currículos escolares.

Diante disso, nossa questão-problema é: Como o Novo Ensino Médio, orientado por políticas neoliberais, contribui para a precarização curricular da disciplina de Sociologia e do trabalho docente? Partindo disso, o objetivo do nosso trabalho é analisar os efeitos do Novo Ensino Médio na disciplina de Sociologia e suas implicações na precarização curricular e docente.

## METODOLOGIA

Trabalhamos com a pesquisa qualitativa e pesquisa narrativa. A pesquisa qualitativa é um instrumento bastante utilizado pelas Ciências Sociais, como afirma Minayo (2007, p. 14, grifos da autora): “[...] o objeto das Ciências Sociais é *essencialmente qualitativo*.”. A pesquisa qualitativa nos possibilita fazer uso de uma gama de instrumentos de investigação, podendo-se reunir instrumentos e técnicas para que se potencialize a pesquisa e nos possibilite chegar a concretização do objetivo proposto.

Sobre a pesquisa bibliográfica, importante em qualquer pesquisa, Rodrigues e Neubert (2023, p. 62) colocam que “A pesquisa bibliográfica é uma etapa central do processo de pesquisa, pois propicia a identificação dos documentos que deverão compor o referencial teórico do estudo

– requisito de qualquer projeto e relatório de pesquisa científica.”. Esta foi realizada durante todo o período da pesquisa, amparando-nos nas discussões teóricas e críticas.

Na pesquisa documental, “tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais.” (Severino, 2013, n. p.). Dessa forma, utilizamos os materiais ainda não tratados, como a BNCC, lei 13.415/2017, dentre outros.

A pesquisa narrativa trabalha com as experiências, com as histórias dos que estão narrando e, partindo disso, também envolve a construção de identidades. Sousa e Cabral (2015) discutem sobre o papel da pesquisa narrativa na formação docente, afirmando que

A narrativa torna-se, portanto, relevante para o contexto de formação em que se concebe o professor como narrador-personagem-escritor de histórias que se constituem a partir de diversas situações de formação. As pesquisas revelam que os professores, quando os falam sobre os dilemas imbricados no seu fazer docente, transportam, ao mesmo tempo, dados de sua trajetória de vida. Isso aponta para diferentes modos de ver, conceber a prática profissional e promover avanços significativos na formação docente. (Sousa e Cabral, 2015, p. 151)

Nessa perspectiva, fizemos uso das narrativas dos futuros professores da área de Ciências Sociais, com o intuito de filtrar suas expectativas a respeito de seu futuro como professores, frente a um contexto educacional que ameaça a sua existência.

Nosso instrumento para a recolha dessas narrativas foi a entrevista semiestruturada, que combina perguntas fechadas e abertas, possibilitando uma maior liberdade para os entrevistados. A entrevista nos possibilita estabelecer contato direto com o nosso objeto de estudo e obter os dados subjetivos que, provavelmente, não podem ser quantificados ou encontrados em determinados documentos, já que “se relacionam com os valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados.” (Boni e Quaresma, 2005, p. 72).

Os participantes da pesquisa foram três alunos do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, que já concluíram o estágio supervisionado no ensino médio na disciplina de Sociologia, pela Universidade Estadual do Maranhão, na cidade de Caxias-Maranhão. A motivação da escolha

dos participantes se relaciona ao fato destes já terem vivenciado o Estágio Supervisionado e observado os impactos trazidos pela inserção do Novo Ensino Médio nos currículos escolares e, principalmente, para a disciplina de Sociologia.

O método de análise que utilizamos após a realização das entrevistas foi a análise de conteúdo. Sousa e Santos (2020), citando Bardin (2011), enfatizam que

Para a autora, a Análise de Conteúdo objetiva analisar o que foi dito em meio a uma investigação, construindo e apresentando concepções em torno de um objeto de estudo. A análise do material coletado segue um processo rigoroso frente às fases definidas por Bardin (2011), como: Pré-análise; Exploração do material e Tratamento dos resultados. (Bardin, 2011 apud Sousa e Santos, 2020, p. 1397).

Após a realização de nossas entrevistas, essas foram algumas das etapas que ocorreram no processo de análise dos dados recolhidos.

## RESULTADOS

A Sociologia, tanto como ciência, quanto como componente curricular, sofre historicamente com o descaso. De acordo com Bodart e Feijó (2020), a Sociologia dentro dos currículos do Ensino Médio Brasileiro possui uma longa trajetória, que se concentra em ciclos de retirada e inclusão da disciplina; na obrigatoriedade e em colocá-la com caráter optativo; interdisciplinaridade e disciplinaridade etc.

Dentro da trajetória da disciplina de Sociologia nos currículos escolares, é importante trazer a lei n. 11.684 do ano de 2008, que “Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.” (Brasil, 2008). É com esta lei que se esperava encerrar um ciclo de idas e vindas da disciplina de Sociologia dentro dos currículos escolares.

Raizer et al. (2017, p. 18), discutindo a respeito do ensino de sociologia no Brasil e também trazendo considerações a respeito da formação de professores voltada para essa disciplina, ressalta

as dificuldades que esses profissionais enfrentam e em como a formação de professores para as Ciências Sociais se encontra com altos índices de evasão, por conta de condições de trabalho não atrativas, baixas remunerações e falta de formação continuada, consequências advindas desse processo de desvalorização. Um dos problemas apontados pelos autores, no ensino de Sociologia no Brasil, é que a maioria dos professores que ministram a disciplina não possuem formação na área, assim como se dedicam a mais de uma disciplina. Nessa perspectiva, Raizer *et al.*, (2017) afirmam que

[...] ainda é muito limitada a proporção de professores de Sociologia que conseguem ter dedicação exclusiva a esse componente curricular, circunstância que é amplamente desfavorável ao desenvolvimento do planejamento didático de mais elevada qualidade. (Raizer *et al.*, 2017, p. 18)

A sobrecarga de tarefas a esses profissionais, juntamente com o cenário de más condições de trabalho e a desvalorização da disciplina, são pontos importantes para refletir a respeito do futuro das Ciências Sociais, assim como nos atentarmos às reformas curriculares que ocorreram e foram implementadas, como é o caso da reforma do Ensino Médio, proposta pela lei n. 13.415/2017, que agrega para a desvalorização dos professores e professoras da disciplina de Sociologia, de modo que estes, para o complemento de sua carga horária, devem pegar diversas turmas e, às vezes, até outras disciplinas.

### **Neoliberalismo e NEM: o empobrecimento curricular em vigor**

Através das mudanças acarretadas pelo Novo Ensino Médio, os materiais didáticos são utilizados por mais de um professor e sua devida área. Por exemplo, o (a) professor (a) de Sociologia, Geografia e História utilizam o mesmo livro, porém com abordagens que condizem com sua área. Esse aspecto carrega consigo um empobrecimento dos conteúdos curriculares que devem ser ministrados aos alunos para que se tenha uma formação integral, pois são materiais que trazem consigo certo nível de superficialidade, não possuindo a especificidade e discussões mais aprofundadas acerca de cada área de conhecimento. Silva *et al.*, (2022) reiteram que:

As alterações realizadas pela BNCC e o fim do ensino disciplinar com a divisão por áreas de conhecimento, implicaram em uma volta à situação enfrentada anteriormente à aprovação da obrigatoriedade da Sociologia em 2008. Antes da



Lei nº 11.684/08, a LDB assegurava a presença da Sociologia no currículo, no entanto, não em formato de uma disciplina como as demais, mas seu conteúdo ser trabalhado de forma interdisciplinar, na prática significou sua ausência nas salas de aula ou sua presença de forma precária. (Silva *et al.*, 2022, p. 89).

Assim, entendemos que essa nova reforma do ensino médio traz consigo retrocessos em diversos aspectos, pontualmente quando observamos o histórico de desvalorização que a disciplina de Sociologia vem sofrendo dentro dos currículos. Para além disso, trazendo uma promessa de “maior qualidade” para a educação, na realidade o novo ensino médio traz o esvaziamento dos currículos, tornando-os superficiais e menos críticos, enxergando os educandos somente como novos indivíduos que serão direcionados ao mercado de trabalho, por meio do ensino profissionalizante, fazendo com que se concentrem na informalidade e precariedade.

Destacamos que o modelo econômico de produção, no caso o neoliberal, possui influências nessa nova organização de ensino e que esta acentua ainda mais as desigualdades sociais. Marrach (1996, p. 3) falando sobre educação em contexto neoliberal destaca que “No discurso neoliberal a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança.”. É possível associar a ideia de Marrach (1996) ao contexto do NEM, já que há um foco ao ensino profissionalizante, com a promessa de que os educandos irão sair do ensino médio preparados para o mercado de trabalho.

Saviani (2016, p. 80) sobre ensino profissionalizante, no sentido que o novo ensino médio traz, assevera que “a profissionalização é entendida como um adestramento em uma determinada habilidade sem o conhecimento dos fundamentos dessa habilidade e, menos ainda, da articulação dessa habilidade com o conjunto do processo produtivo.”. O que há é uma formação focada no “saber fazer”, não implicando pensamento crítico acerca da ação. Torna-se mais um instrumento para a formação de um contingente de trabalhadores, contribuindo para o empobrecimento curricular e formação acrítica.

Portanto, é necessária uma formação integradora, que englobe os diferentes tipos de conhecimento, não os hierarquizando, como faz o Novo Ensino Médio, com a BNCC, que torna os componentes curriculares Matemática e Português como obrigatórios e os demais como optativos.

## Sociologia e reforma: o que os futuros professores pensam sobre o Novo Ensino Médio (NEM)?

Com a implementação do NEM, os docentes tiveram mais desafios no que diz respeito à adaptação, inserção e novos conhecimentos que tiveram de ser adquiridos. O fato de já estarem acostumados com uma forma de organização do ensino e terem de se adaptar e se inserir em um novo contexto de organização confere incertezas e inseguranças.

Para início de discussões, questionamos os nossos participantes se estavam acompanhando as discussões acerca do Novo Ensino Médio. Sobre isto, comentam que:

*Em tese, a reforma do ensino soa como algo bom, no entanto é possível observar, a partir das leituras da lei 13.415/2017, que na realidade a estrutura da base curricular deveria ser apenas um ponto da reforma de ensino brasileiro. Isso porque para uma melhoria no sistema educacional, não deve ser levado em consideração apenas a organização curricular, mas uma série de outros fatores como: melhoria salarial, estruturas das escolas, carga horária docente etc. (Entrevistado 1)*

*De fato, não estou acompanhando desde o início e muito menos estou a par da situação, mas de acordo com as minhas vivências no estágio supervisionado, vejo o novo ensino médio como uma ameaça para a ciências humanas, em especial a sociologia que tem a sua carga horária bastante reduzida, além da limitação do livro didático. (Entrevistada 2)*

*Tenho acompanhado parcialmente. Contudo, sei que mais uma vez o ensino de Sociologia recai na desvalorização, com pouco espaço, conteúdos superficiais, além do distanciamento do alunato a um pensamento autônomo e crítico. (Entrevistada 3)*

É possível perceber que mesmo as entrevistadas que afirmam não estarem acompanhando ou só parcialmente, possuem noções acerca das mudanças trazidas pelo NEM, principalmente no que se relaciona à disciplina de Sociologia. A Entrevistada 2 cita o estágio supervisionado e as mudanças que pôde perceber a partir da experiência do estágio, que já começara a implementar o NEM, como o uso do novo livro didático que é utilizado por mais de uma professora, de disciplinas diferentes.

Nessa conjuntura, questionamo-los acerca de suas expectativas futuras sobre a disciplina de Sociologia como futuros professores de Sociologia. Nossos participantes colocam:

*Nesse processo é importante ressaltar que a reforma do ensino médio possibilitou um mar de incertezas quanto a disciplina de sociologia. Isso porque a lei implementada dá autonomia aos Estados e municípios adquirirem seus currículos, que devem conter “estudos e práticas” de*

*Sociologia, segundo a BNCC, caracterizando a diluição, redução e até mesmo a exclusão da obrigatoriedade da manutenção da Sociologia como disciplina específica. (Entrevistado 1)*

*Mantenho minhas expectativas baixíssimas visto que tudo que desenvolvemos e aprendemos dentro da universidade não será colocado nem metade em prática. É um retrocesso. Vejo o novo ensino médio como um instrumento de novos operários, servindo apenas a classe empresarial! (Entrevistada 2)*

*A verdade é que não há expectativa, mas com certeza não falta frustração. Somos conscientes enquanto professor/a de Sociologia, da importância do nosso conhecimento na construção de cidadãos críticos, reflexivos e conscientes. Percebe-se à intencionalidade política no esvaziamento de conhecimento, capaz de contestar essa relação de poder no qual estamos submersos. (Entrevistada 3)*

Nossos entrevistados assumem uma postura crítica no que se relaciona ao NEM, ressaltando a situação da disciplina de sociologia, que sofre diminuição da carga horária e é transformada em “estudos e práticas” além de não ser uma das disciplinas obrigatórias, assim como ressaltam a falta de criticidade e reflexão que a “diluição” e retirada da obrigatoriedade da disciplina de sociologia pode gerar, reforçando mais um ciclo de desvalorização da disciplina.

A Entrevistada 3 aponta uma intencionalidade no ocorrido, ressaltando a existência de relações de poder e ainda completa:

*O Novo Ensino Médio é um retrocesso para qualquer sociedade subdesenvolvida, que tem como marca a exploração humana. Subjugar à educação pública majoritariamente composta por filhos/as da classe popular, é escancarar a intencionalidade de uma sociedade exploradora. Não à toa Bourdieu nos alerta sobre a reprodução do poder de um povo sobre outro, legitimando assim a violência (Entrevistada 3).*

Sobre a presença de relações de poder, podemos discutir a respeito da existência de certos interesses na construção do NEM, tendo como base interesses privados. Alguns autores, como Hernandez (2019) e Silva e Neto (2020), apontam investimentos de empresas privadas neste projeto, reforçando interesses relacionados à lógica capitalista. Dessa forma, entendemos o NEM como um projeto coberto de interesses relacionados à lógica privada, que utiliza a educação como mais um artifício de lucro e não como um instrumento de desenvolvimento social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho, frente as mudanças trazidas pelo NEM, foi possível observar mais um ciclo de desvalorização da disciplina de sociologia, assim como ao seu profissional. Os

licenciados na área das ciências sociais se deparam com mais desafios e limitações correspondentes a sua carreira, deparando-se com a desvalorização e precarização de seu trabalho.

Dessa forma, é necessário nos atentarmos aos projetos, relacionados a nossa sociedade, assim como observar suas possíveis intenções. O Novo Ensino Médio apresenta certa “intencionalidade” de melhoras à qualidade do ensino, o tornando mais atrativo e igualitário, mas se consolida como um mecanismo que reforça as barreiras sociais. É imprescindível que se continue promovendo discussões acerca deste novo modelo de ensino e que a criticidade e reflexão acerca de si e do mundo seja ainda mais incentivada, pois para criarmos verdadeiros cidadãos não basta que haja o ensino, mas uma educação compromissada, humanística, libertadora e que valoriza seus profissionais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BODART, C. N. FEIJÓ, F. As Ciências Sociais no currículo do Ensino Médio Brasileiro. **Revista Espaço do Currículo (online)**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 219- 234, maio/ago. 2020. Disponível em: <  
[https://www.researchgate.net/publication/343751351\\_CIENCIAS\\_SOCIAIS\\_NO\\_CURRICULO\\_DO\\_ENSINO\\_MEDIO\\_BRASILEIRO](https://www.researchgate.net/publication/343751351_CIENCIAS_SOCIAIS_NO_CURRICULO_DO_ENSINO_MEDIO_BRASILEIRO)>. Acesso em: 26 fev. 2026.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <<https://sl1nk.com/IZY95>>. Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Portal da Legislação, Brasília, 16 fev. 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm) . Acesso em: 23 fev. 2026.

BRASIL. Lei Ordinária 11.684 de 02 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 de junho de 2008. Disponível em: <  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11684.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11684.htm)> . Acesso em: 20 fev. 2026.



BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 26 fev. 2026.

HERNANDES, P. R. A reforma do Ensino Médio e a produção de desigualdades na educação escolar. **Educação UFSM**, Santa Maria, v. 44, p. 1-19, 2019. Disponível em: <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1984-64442019000100057&script=sci\\_arttext](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1984-64442019000100057&script=sci_arttext)>. Acesso em: 12 fev. 2026.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e Educação. In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (org.). **Infância, Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56. Disponível em: [https://scholar.google.com/citations?view\\_op=view\\_citation&hl=pt-BR&user=7GRVbvMAAAAJ&citation\\_for\\_view=7GRVbvMAAAAJ:u5HHmVD\\_uO8C](https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=7GRVbvMAAAAJ&citation_for_view=7GRVbvMAAAAJ:u5HHmVD_uO8C). Acesso em: 19 fev. 2026.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

RAIZER, L. et al. O ensino da disciplina de Sociologia no Brasil: diagnóstico e desafios para a formação de professores. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 16, n. 190, p. 15-26, março, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/35759>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

RODRIGUES, R. S. NEUBERT, P. S. **Introdução à pesquisa bibliográfica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2023.

SAVIANI, D. EDUCAÇÃO ESCOLAR, CURRÍCULO E SOCIEDADE: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento**, ano 3, n. 4, p. 54-84, ago. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575>> Acesso em: 18 fev. 2026.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, A. et al.. Neoliberalismo, educação e Sociologia: o Novo Ensino Médio à luz da Pedagogia Histórico-crítica. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, v. 6, n. 1, p. 79-104, jan./jul. 2022. Disponível em:<<https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/387>> Acesso em: 15 fev. 2026.

SILVA, I. F.; NETO, H. F. A. O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) NO BRASIL E A SOCIOLOGIA (2014 a 2018). **Revista Espaço do Currículo**, v. 13, n. 2, p. 262-283, maio/agos. 2020. Disponível em:<[https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Aagd%3A11%3A9686155/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Aagd%3A145354577&crl=c&link\\_origin=scholar.google.com.br](https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Aagd%3A11%3A9686155/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Aagd%3A145354577&crl=c&link_origin=scholar.google.com.br)> Acesso em: 15 fev. 2026.





SOUSA, J. R.; SANTOS, S. C. M. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, jul./dez. 2020. Disponível em: < <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559>> Acesso em: 14 fev. 2026.

SOUSA, M. G. S.; CABRAL, C. L. O. A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores. **Horizontes**, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 149-158, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/149>. Acesso em: 14 fev. 2026.